

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	561
Decisão CEA/SP nº	423/2018
Referência:	Processo nº C-601/2018
Interessado(a):	União das Faculdades dos Grandes Lagos - Unilago

EMENTA: Cadastra do Curso de Engenharia Agrônômica da “União das Faculdades dos Grandes Lagos - Unilago”, e da fixa as atribuições aos egressos do segundo semestre de 2018.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 14 de Dezembro de 2018, apreciando o processo **C-601/2018**, em regime de extra pauta, que trata da solicitação de cadastramento do curso de Engenharia Agrônômica da “União das Faculdades dos Grandes Lagos - Unilago” e fixação das atribuições aos egressos de 2018. Considerando o relato do Conselheiro, fls. 57-61, transcrito a seguir: “Trata-se do processo encaminhado para a UGI/São José do Rio Preto, em 12 de junho de 2018, referente ao cadastramento da Instituição de Ensino “União das Faculdades dos Grandes Lagos - Unilago”, do Curso de Engenharia Agrônômica e da fixação de atribuições aos egressos do segundo semestre de 2018. Da documentação apresentada destacamos: - Requerimento da instituição de ensino, solicitando o seu cadastramento e do curso de Engenharia Agrônômica, que terá a primeira turma no segundo semestre de 2018, mencionando que o Curso foi autorizado pela Portaria n 296, de 09 de julho de 2013 (fl. 03); - Cópias da Portaria no 296, de 09/07/2013, autorizando os cursos superiores de graduação, dentre estes o Bacharelado em Agronomia com 100 vagas anuais (fls. 04/06); - Formulário “A” (fls. 07-13); - Formulário “B” previsto na Res. 1073/16, do Confea (fls. 14-44), para cadastramento de cursos, na qual destacamos: 1.1 – Denominação do Curso: Engenharia Agrônômica, Campus Sede, superior de graduação plena, título de Engenheiro (a) Agrônomo (a), carga horária total de 4.100hs e cadastro no MEC no 201216662. 1.4 – Estrutura acadêmica do curso: o período mínimo e máximo do curso (5 a 8 anos), sendo oferecido nos períodos matutino e noturno, com no máximo 50 alunos por turma, sendo 100 vagas oferecidas por período letivo, no regime semestral. 1.5 - Estrutura Curricular do curso: as disciplinas, com respectivas cargas horárias e bibliografias básicas: Matemática aplicada; Biologia célula; Introdução a Agronomia; Física Geral e Experimental; Química Geral e Experimental; Desenho Técnico; Introdução ao trabalho científico; Introdução a informática; Zoologia geral; Microbiologia geral; Geometria e álgebra linear; Cálculo; Química orgânica; Bioquímica; Química analítica; Ecologia e Gestão ambiental; Administração rural; Anatomia e fisiologia animal; Agrometeorologia; Entomologia geral; Estatística; Anatomia e fisiologia vegetal; Microbiologia do solo; Zootecnia dos ruminantes; Forragicultura e pastagens; Taxonomia vegetal; Gênese e morfologia do solo; Entomologia agrícola e

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

tratamento fitossanitário; Genética; Geologia Agrícola; Zootecnia dos não ruminantes; Hidrologia e manejo de bacias hidrográficas; Agroecologia e recursos naturais; fitopatologia geral; Mecanização agrícola; Topografia e geoprocessamento; Fertilidade do Solo; Nutrição animal; Fitopatologia aplicada; Hidráulica; Nutrição vegetal; Economia Rural; Ética e legislação profissional; Direito agrário; Fruticultura; Olericultura; Melhoramento de plantas; Avaliação de impactos ambientais; Culturas da mandioca, café e cana-de-açúcar; Sociologia e extensão rural; Paisagismo, floricultura, parques e jardins; Silvicultura; Produção e tecnologia de sementes; Manejo integrado de pragas; Irrigação e drenagem; Culturas da soja, feijão, algodão e girassol; Culturas do arroz, trigo e milho; Tecnologia de produtos agropecuários; Construções rurais; manejo de plantas daninhas; secagem e armazenamento de grãos; Estágio supervisionado; trabalho de conclusão de curso; Higiene e segurança do trabalho; Empreendedorismo; nematologia e acarologia. - Relação dos Professores das matérias profissionalizantes (fls. 45-47);- Relação dos possíveis concluintes do segundo semestre de 20158 (fls. 48);- Consulta de informações do curso no site do MEC (fl. 49). O processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia para o cadastramento da Instituição de ensino e do curso de Engenharia Agrônômica, e também fixar as atribuições aos Engenheiros Agrônomos que se formarão na primeira turma, no 2 semestre de 2018 (fl. 50). O processo foi encaminhado para o Conselheiro Marco Antonio Tecchio que solicitou cópia do regimento ou estatuto da instituição de ensino” e “grades curriculares e conteúdo programático das disciplinas” (fls 55-62). Em 19.11.18 a Instituição protocola na UGI de São Jose do Rio Preto os documentos solicitados. Com relação à legislação que trata do assunto, destacam-se: II.1 - Instrução nº 2312, do CREA-SP - Dispõe sobre procedimentos para cadastramento de instituições de nível superior ou médio, bem como de seus respectivos cursos, no CREA-SP, da qual destacamos: 1. Para fins de registro de seus graduados, toda escola sediada no Estado de São Paulo que ministra cursos nas áreas fiscalizadas pelo Sistema CONFEA/CREAs, deverá requer o seu cadastramento, e/ou de seu(s) curso(s) neste Conselho, apresentado para tanto os documentos constantes da seguinte relação: 1.1 Escolas de nível superior 1.1.a- ofício com timbre da escola solicitando o seu cadastramento e de seus cursos na área do CREA, e informando quando se formaram ou se formarão as primeiras turmas 1.1.b- cópia do regimento ou estatuto da instituição de ensino 1.1.c- cópia da publicação no D.O.U. sobre a autorização de funcionamento e sobre o reconhecimento dos curso 1.1.d- grades curriculares e conteúdo programático das disciplinas 1.1.e- relação nominal do corpo docente de cada curso informando a disciplina que cada professor ministra e o número de CREA dos que possuírem, conforme anexo. Obs.: para cadastrar somente o curso, quando a escola já está cadastrada, dispensar o item “1.1.b” Neste processo, não consta na documentação apresentada os itens 1.1.b e 1.1.d, referentes a “cópia do regimento ou estatuto da instituição de ensino” e “grades curriculares e conteúdo programático das disciplinas”, respectivamente. II.2 - Resolução Nº 1.073/16 do CONFEA, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia, da qual destacamos: Art. 3º Para efeito da atribuição de atividades, de competências e de campos de atuação profissionais para os diplomados no âmbito das

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea, consideram-se os níveis de formação profissional, a qual destacamos: saber: (...) IV – superior de graduação plena ou bacharelado; (...) § 1º Os cursos regulares de formação profissional nos níveis discriminados nos incisos deste artigo deverão ser registrados e cadastrados nos Creas para efeito de atribuições, títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais. § 2º Os níveis de formação profissional discriminados nos incisos I, III e IV habilitam o diplomado, em cursos reconhecidos pelo sistema oficial de ensino brasileiro, ao registro profissional no Crea na forma estabelecida nos normativos do Confea que regulam o assunto. (...) Art. 4º O título profissional será atribuído pelo Crea, mediante análise do Currículo escolar e do projeto pedagógico do curso de formação do profissional, nos níveis discriminados nos incisos I, III e IV do art. 3º, obtida por diplomação em curso reconhecido pelo sistema oficial de ensino brasileiro, no âmbito das profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea. Parágrafo único. O título profissional a ser atribuído em conformidade com o caput deste artigo deverá constar da Tabela de Títulos do Confea. Art. 5º Aos profissionais registrados nos Creas são atribuídas as atividades profissionais estipuladas nas leis e nos decretos regulamentadores das respectivas profissões, acrescidas das atividades profissionais previstas nas resoluções do Confea, em vigor, que dispõem sobre o assunto. (...) Art. 6º A atribuição inicial de campo de atuação profissional se dá a partir do contido nas leis e nos decretos regulamentadores das respectivas profissões, acrescida do previsto nos normativos do Confea, em vigor, que tratam do assunto. (...) ANEXO II – Regulamento para o cadastramento das instituições de ensino e de seus cursos e para a atribuição de títulos, atividades e campos de atuação profissionais, na qual destacamos os Art. 3º e 5º, relacionados aos Formulários A e B preenchidos pela instituição de ensino. Verifica-se neste processo, erro de preenchimento no Formulário A (itens 1.1 e 1.4), no que se refere ao número da Portaria para autorização do curso de Agronomia (Fls. 7 e 8). No documento apresentação no processo (fl 04) refere-se a Portaria no 296, de 09 de julho de 2013, e no Formulário A consta a Portaria no 729 de 09/08/2013. Neste Formulário A, também consta no item 1.4, no Ato regulatório, o Recredenciamento do Curso, sendo, na verdade o correto apenas o Credenciamento. II.3 - Lei 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, da qual destacamos: Art. 7º - As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo consistem em: a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada; b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária; c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios; e) fiscalização de obras e serviços técnicos; f) direção de obras e serviços técnicos; g) execução de obras e serviços técnicos; h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária. Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões. (...) Art. 10 - Cabe às Congregações das escolas e faculdades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia indicar ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por elas diplomados. Art. 11 - O

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características. (...) Art. 46 - São atribuições das Câmaras Especializadas: (...) d) apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região; (...) II.4 - Resolução Nº 1.007/03 do CONFEA, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências, da qual destacamos: Art. 11. A câmara especializada competente atribuirá o título, as atividades e as competências profissionais em função da análise da qualificação acadêmica do portador de diploma ou certificado, de acordo com os procedimentos e os critérios estabelecidos em resolução específica. II.5 - Resolução Nº 473/2002 do CONFEA, que institui Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea e dá outras providências, da qual destacamos: Art. 1º Instituir a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, contemplando todos os níveis das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, contendo: a) código nacional de controle, b) título profissional, e c) quando for o caso, a respectiva abreviatura. Parágrafo único: Os títulos profissionais de que trata o caput deste artigo estão dispostos segundo as resoluções que tratam da forma de organização das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. Art. 2º O Sistema Confea/Crea deverá, obrigatoriamente, utilizar as terminologias constantes da Tabela de Títulos, em todos os seus documentos e registros informatizados, a partir de 1º de janeiro de 2003. Verifica-se que o título de Engenheiro Agrônomo consta no Anexo da Resolução 473/02 do CONFEA, como segue: Grupo: 3 - Agronomia; Modalidade: 1 - Agronomia; Nível: 1 - Graduação; Código: 311-02-00; Título masculino: Engenheiro Agrônomo; Título feminino: Engenheira Agrônoma; Abreviatura: Eng. Agr. II.6 - Resolução Nº 218/73 do CONFEA, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, da qual destacamos: Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades: Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica; Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação; Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica; Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria; Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico; Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica; Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão; Atividade 09 - Elaboração de orçamento; Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade; Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico; Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico; Atividade 13 - Produção técnica e especializada; Atividade 14 - Condução de trabalho técnico; Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo; Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação; Atividade 18 - Execução de desenho técnico. Art. 6º - Compete ao ENGENHEIRO AGRÔNOMO: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia,

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zootecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos. Verifica-se neste processo, no Formulário B, que não consta no conteúdo programático das disciplinas a atividade “Melhoramento animal”, sendo competência do Eng. Agrônomo conforme Art. 6 da Resolução Nº 218/73 do CONFEA. II.7 - Decreto 23.196/33 que regula o exercício da profissão agrônoma e dá outras providências, do qual destacamos: Art. 6º - São atribuições dos agrônomos ou engenheiros agrônomos a organização, direção e execução dos serviços técnicos oficiais, federais, estaduais e municipais, concernentes às matérias e atividades seguintes: a) ensino agrícola em seus diferentes graus; b) experimentações racionais e científicas referentes à agricultura, e, em geral, quaisquer demonstrações práticas de agricultura em estabelecimentos federais, estaduais e municipais; c) propagar a difusão de mecânica agrícola, de processos de adubação, de métodos aperfeiçoados de colheita e de beneficiamento dos produtos agrícolas, bem como de métodos de aproveitamento industrial da produção vegetal; d) estudos econômicos relativos à agricultura e indústrias correlatas; e) genética agrícola, produção de sementes, melhoramento das plantas cultivadas e fiscalização do comércio de sementes, plantas vivas e partes vivas de plantas; f) fitopatologia, entomologia e microbiologia agrícolas; g) aplicação de medidas de defesa e de vigilância sanitária vegetal; h) química e tecnologia agrícolas; i) reflorestamento, conservação, defesa, exploração e industrialização de matas; j) administração de colônias agrícolas; l) ecologia e meteorologia agrícolas; m) fiscalização de estabelecimentos de ensino agrônomo reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação; n) fiscalização de empresas agrícolas ou de indústrias correlatas, que gozarem de favores oficiais; o) barragens em terra que não excedam de cinco metros de altura; p) irrigação e drenagem para fins agrícolas; q) estradas de rodagem de interesse local e destinadas a fins agrícolas, desde que nelas não existam bueiros e pontilhões de mais de cinco metros de vão; r) construções rurais, destinadas a moradias ou fins agrícolas; s) avaliações e perícias relativas às alíneas anteriores; t) agrologia; u) peritagem e identificação, para desembaraço em repartições fiscais ou para fins judiciais, de instrumentos, utensílios e máquinas agrícolas, sementes, plantas ou partes vivas de plantas, adubos, inseticidas, fungicidas, maquinismos e acessórios e, bem assim, outros artigos utilizados na agricultura ou na instalação de indústrias rurais e derivadas; v) determinação do valor locativo e venal das propriedades rurais, para fins administrativos ou judiciais, na parte que se relacione com a sua profissão; x) avaliação e peritagem das propriedades rurais, suas instalações, rebanhos e colheitas pendentes, para fins administrativos, judiciais ou de crédito; z) avaliação dos melhoramentos fundiários para os mesmos fins da alínea x. II.8 - Decisão Plenária PL-1333/2015 do Confea, que tem como ementa: “Revoga as Decisões Plenárias PL-0087/2004 e PL-1570/2004 e dá outras providências, da qual destacamos: O plenário do Confea, reunido em Brasília no período de 24 a 26 de junho de 2015, apreciando a Deliberação no 269/2015-CEAP, que trata de estudo técnico com vistas a subsidiar a alteração da Decisão Plenária no PL-0087/2004, de 30 de abril de 2014, em razão da grande oferta de

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

cursos com carga horária inferior a que consta na citada decisão plenária, e considerando...
DECIDIU: 1) Revogar as Decisões Plenárias PL-0087/2004 e PL-1570/2004. 2) Estabelecer aos Creas que quando do cadastramento de cursos devem ser observadas as cargas horárias estabelecidas pelos normativos do Ministério da Educação em vigor, respeitando-se os períodos de transição quando previstos nas resoluções (Resolução CNE/CES no 02, de 2007, Catálogo nacional de Cursos Superiores e Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, no seu Art. 2º:III – os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES nº 8/2007, da seguinte forma: Carga horária mínima de 3.600h e Limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos. 3) Orientar aos Regionais a, em se verificando curso autorizado ou reconhecido com carga horária abaixo do estipulado pelo Ministério da Educação, consultar o órgão de ensino competente. DECIDIU: **Pelo cadastramento da do Curso de Engenharia Agrônômica da Instituição de Ensino “União das Faculdades dos Grandes Lagos - Unilago”, e fixar as atribuições aos egressos do segundo semestre de 2018, concedendo as atribuições previstas no art. 7º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para o desempenho das competências relacionadas no art. 5º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, com o título profissional de ENGENHEIRO(A) AGRÔNOMO (código 311 – 02 – 00) da Tabela de Títulos do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Célia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Mauricio Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patrícia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio e Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin. Com a abstenção do Conselheiro Eng. Agr. William Alvarenga Portela.

Não havendo votos contrários

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia